Ordem dos Advogados ANGOLA

DESPACHO N.º 21/OAA-CN/2025 CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO PARA A PROTECÇÃO SOCIAL DOS ADVOGADOS

Considerando que a Ordem dos Advogados de Angola encara a protecção social do

Advogado como um assunto prioritário, que certamente requerer estudos e estabelecimento de contactos com a entidade gestora da protecção social obrigatória e

com entidados gostoras do fundos do nonções do modo a sor definido o melhor

com entidades gestoras de fundos de pensões, de modo a ser definido o melhor

mecanismo para garantir a supracitada protecção social.

Havendo necessidade de assegurar a concretização do estabelecimento de mecanismos

de protecção social dos Advogados, justifica-se a intervenção de Advogados com

valências e experiências ligadas à protecção social, domiciliados nos diferentes

Conselhos e Delegações Provinciais da Ordem dos Advogados de Angola.

Nestes termos, impõe-se a constituição de um Grupo de Trabalho que garanta a

apresentação de propostas concretas para implementação da protecção social dos

Advogados.

Ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Estatuto da Ordem dos

Advogados de Angola, o Conselho Nacional da Ordem dos Advogados de Angola

determina o seguinte:

1. É constituído um Grupo de Trabalho com o objectivo de promover a

implementação de mecanismos de protecção social dos Advogados.

2. O Grupo de Trabalho ora constituído será composto pelos seguintes membros:

a) Dr. Inglês Pinto – Coordenador;

b) Dr. Nilton Praia -Coordenador adjunto;

c) Dr. Eduardo Afonso - Secretário Executivo;



- d) Dr. Domingos João Sassi;
- e) Dra. Anabela Silva;
- f) Dr. Tiago Ribeiro;
- g) Dra. Djamila Pinto de Andrade;
- h) Dr. Lucas Chingala;
- i) Dr. Vicente Neto;
- j) Dr. Quito Fernando;
- k) Dra. Tatiana Serrão;
- l) Dra. Leopoldina Cassule;
- m) Dra. Alice Escórcio.
- 3. O Grupo de Trabalho ora constituído tem 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação do presente despacho, para apresentar propostas concretas que visam a implementação da protecção social dos Advogados.
- 4. O presente despacho entra imediatamente em vigor.

Luanda, 02de Junho de 2025

O Presidence do Conselho Nacional

José bais l'omngo